

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

 
LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

O PROJETO CASTR'UÍMA (VILA NOVA DE GAIA, 2010-2015): ELEMENTOS E REFLEXÕES PARA UM BALANÇO PROSPETIVO

António Manuel S. P. Silva¹, J. A. Gonçalves Guimarães², Filipe M. S. Pinto³, Laura Sousa⁴, Joana Leite⁵,
Paulo Lemos⁶, Pedro Pereira⁷, Maria de Fátima Teixeira⁸

RESUMO

O projeto do Castelo de Crestuma (2010-2015) revelou um complexo arqueológico de longa diacronia, entre a Proto-história e a Idade Média, com maior pujança de vestígios no período tardo-antigo. Da responsabilidade do Gabinete de História, Arqueologia e Património de Vila Nova de Gaia (ASCR-Confraria Queirosiana) o projeto teve financiamento do Parque Biológico de Gaia, empresa municipal. Concluída esta fase ensaia-se a análise dos resultados científicos, mas também o balanço da sua execução e gestão, em termos de impactes e discutindo a interação com a comunidade, os decisores locais e outros intervenientes. Lançam-se pistas para o que poderá ser o desenvolvimento da investigação, passando pela valorização do sítio arqueológico e pela criação de novas dinâmicas de animação cultural em diálogo com uma renovada agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia, Investigação arqueológica, Gestão arqueológica.

ABSTRACT

The Crestuma Castle project (2010-2015) revealed an archaeological complex of long diachrony, between Proto-history and the Middle Ages, with a greater strength of vestiges in the late-antiquity. Under the responsibility of the Gabinete de História, Arqueologia e Património de Vila Nova de Gaia (ASCR-Confraria Queirosiana) the project was financed by the Parque Biológico de Gaia, a municipal company. Once this phase is completed, the scientific results will be analysed, as well as the evaluation of its execution and management in terms of impacts and discussing the interaction with the community, local decision-makers and other stakeholders. There are clues to what may be the development of research, through the valorisation of the archaeological site and the creation of new dynamics of cultural animation in dialogue with a renewed research agenda.

Keywords: Crestuma Castle, Vila Nova de Gaia, Archaeological research, Archaeological management.

1. GHAP; amspsilva@hotmail.com

2. GHAP; ggui@portugalmail.pt

3. GHAP; CITCEM-UP; filipempinto@gmail.com

4. GHAP; CITCEM-UP; laura_sousa@hotmail.com

5. GHAP; joana.leite.8o@gmail.com

6. GHAP; paplemos@gmail.com

7. GHAP; CITCEM-UP; redaxter@gmail.com

8. GHAP; mft1971@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Como observou Bourdieu a abrir *The Logic of Practice*, nas Ciências Sociais o progresso do conhecimento pressupõe também o progresso do nosso conhecimento das condições de conhecimento, traduzindo-se cada regresso ou revisitação de um tema ou objeto de pesquisa numa oportunidade para objetivar mais completamente a relação objetiva-subjetiva do investigador com o próprio objeto⁹. Esta expressão do sociólogo francês, em tradução livre, ajuda a explicar em parte os propósitos deste texto. A Arqueologia portuguesa vive desde há muito quase limitada aos “dados” e “resultados” das escavações, decorrendo deste estreitamento de perspectiva duas consequências que lhe reduzem o alcance social e, a nosso ver, alguma densidade epistemológica: nuns casos, comuns na designada “Arqueologia de salvaguarda”, em pouco ultrapassa o mero registo arqueográfico, demitindo-se por impossibilidades várias de produzir um discurso historiográfico minimamente credível ou relevante; já no que se refere explicitamente aos projetos de investigação é também frequente que o produto final se materialize apenas nuns quantos artigos ou comunicações em congressos de âmbito académico ou científico – em casos mais felizes porventura numa densa publicação monográfica – mas incidindo principalmente nos tais “resultados”: estratigrafias e sequências de ocupação de um sítio, o espólio arqueológico exumado, datações absolutas ou outros indicadores analíticos da esfera da Arqueologia ou das muitas ciências e aproximações técnicas que modernamente a informam. Raramente, pensamos, um projeto de investigação é avaliado também nas suas condições de execução (e não meramente logísticas ou financeiras) e no grau de consecução dos objetivos visados em função dessas mesmas condições e oportunidades. E não só, certamente, no plano estritamente científico: um projeto de base territorial, mesmo centrado num complexo arqueológico particular como o de Crestuma, implica, além dos intervenientes “próprios” da pesquisa arqueológica (arqueólogos, voluntários e outros especialistas e colaboradores diretos), todo um conjunto de *stakeholders*, usando linguagem de gestão, que igualmente agenciam o projeto ou aos quais, em última análise, o mesmo se dirige, desde

9. BOURDIEU, Pierre (1990) – *The Logic of Practice*. Transl. Richard Nice. Stanford, CA: Stanford University Press.

a população e “forças vivas” locais, como as autarquias e certo público seletivo, às entidades técnicas, políticas e financiadoras do projeto, aos diferentes níveis de *media* comunicacionais, até à comunidade académica e científica em geral, sem nesta enumeração se esgotar todo o espectro de populações que interagem nesta espécie de ecossistema de investimento arqueológico.

Deste esforço de análise, assente em indicadores da mais variada natureza, resultará porventura uma perceção mais nítida das virtualidades e limitações do modelo de investigação adotado no Castelo de Crestuma, condição de grande utilidade, como lembrava Bourdieu no trecho citado, para aferir o quanto vários anos de escavações e outros estudos arqueológicos naquele local contribuíram para aumentar ou melhorar o conhecimento de uma época, uma região, ou certos traços da cultura material das populações que nesse espaço e tempo se cruzaram. A ambição deste desígnio, mesmo que imperfeitamente concretizada, ultrapassa os limites deste texto, mas entendemos oportuno trazer a debate neste congresso mais o *modo de fazer* que o produto, ainda que porventura vistoso, dessa ação consertada de pesquisa que foi o projeto Castr’Uíma.

2. O CASTELO DE CRESTUMA

O sítio arqueológico localiza-se numa colina a 57 metros de altitude na margem esquerda do rio Douro, a poucos quilómetros da sua foz, em Vila Nova de Gaia¹⁰. Trata-se de um esporão rochoso, assente num substrato litológico metassedimentar de xistos, metaconglomerados, metagrauvaques e outras rochas, ladeado por dois pequenos areais onde desaguardam linhas de água tributárias do Douro: a montante ou nascente, o areal do Esteiro, a jusante ou poente, o de Favaios ou Favais (Fig. 2). A propriedade dos terrenos é em parte do Município e em parte de particulares. A ocupação antiga deixou tradição, quer no microtopónimo *Castelo*, quer em registos historiográficos como o *Diccionario Geográfico* ou o *Portugal Antigo e Moderno*. No primeiro, o P.º Luiz Cardoso explica a designação da localidade pela aglutinação do substantivo *castro* com o nome do rio *Uíma*, que desagua no Douro poucas centenas de metros a nascente do Castelo, indicando que no lugar “se divisão

10. Coordenadas geográficas centrais: 41º04’06.97”N e 8º30’12.53”O (WGS84).

vestígios de um Castello, a que antigamente chamavam *Castrum*” (Cardoso 1751: 2, 755), aparentemente aludindo ao local de que tratamos. Mais de cem anos depois Pinho Leal menciona também os vestígios de *uma torre ou castelo* que integrariam o mesmo castro que terá dado nome à freguesia (Leal 1874: 447). Já em meados do século XX, Arlindo de Sousa trouxe a público evidências notórias de ocupação antiga, noticiando a descoberta de necrópoles (provavelmente uma romana e outra medieval), uma inscrição funerária romana, restos arquitetónicos, cerâmicas e, em particular no que se refere ao monte do Castelo, “muitas covas redondas e rectangulares [...] cavadas na pedra firme”, observando ainda a existência de muitas pedras lavradas de granito, rocha estranha à geologia local (Sousa 1957: 17-18) e classificando o sítio como “estação lusitano-romana” (Sousa 1945: 405, nota 5). Durante as décadas seguintes a Arqueologia não se interessou pelas antiguidades de Crestuma, salvo esparsas referências de Carlos A. Ferreira de Almeida, que caracterizou o local como uma fortificação medieval com antecedentes proto-históricos, ou pelo menos tardo-romanos (Almeida 1978: 11, 36, 51), sublinhando mais tarde a sua ocupação tardo-antiga (Almeida 1989: 43; 1992: 374). Outros autores referiram-se também ao sítio (Guimarães 1993a; 1993b: 20; Silva 1994: 66) pouco podendo, todavia, acrescentar à sua natureza ou cronologia.

Em resultado de destruições provocadas por algumas obras públicas realizadas em meados da década de 1990, que deixaram à vista materiais arqueológicos significativos, foi sendo reconhecida a importância da ocupação antiga do sítio, traduzida quer por uma grande amplitude cronológica, quer pela larga extensão dos vestígios, espalhados por todo o morro do Castelo como também em toda a frente de rio, a montante e a jusante, e na elevação vizinha do Outeiro (Guimarães; Guimarães 2001; Silva 2007). Assim, para além da tradição popular local e dos informes de A. Sousa e outros autores, os elementos patentes nos primeiros anos do nosso século e que fundamentaram um programa de investigação para o local incluíam as seguintes realidades:

a) Materiais de superfície (*tegula e imbrex, sigillata*, louça comum romana e de aspeto medieval, vidros, pesos em xisto perfurados, etc.) por toda a elevação do Castelo e nos areais do sopé, expostos pelo ritmo das marés, e ainda, em menor proporção e variedade, na colina vizinha do Outeiro ou Vessada, imediatamente a sudoeste do Castelo;

- b) Numerosos vestígios de ação humana sobre o substrato rochoso no Castelo e nas imediações, nomeadamente muitas centenas de entalhes tipo “buraco de poste”, de dimensões e configurações muito diversas, cortes, degraus e aplanamentos da rocha e outros vestígios, como os restos de um fosso defensivo a sul e sudoeste da elevação;
- c) Muita pedra de granito (rocha estranha à geologia local) trabalhada para construção, dispersa pela superfície ou reutilizada em muros de soalco modernos;
- d) Evidência de arranjos e preparação da rocha à cota do rio, sugerindo antigas estruturas de atracagem de embarcações, de um caminho antigo de acesso ao Castelo, talhado na rocha e com profundas rodeiras, que desce pela colina do Outeiro, e ainda a epígrafe funerária romana publicada por A. Sousa, entretanto recuperada.

3. O PROJETO CASTR’UÍMA

A impressionante presença destes vestígios arqueológicos, degradados e postos em risco por obras públicas modernas, como a instalação da rede de gás natural¹¹ e construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais, feitas sem quaisquer medidas de prevenção ou acompanhamento arqueológico e que afetaram seriamente a área do fosso do Castelo e outros elementos (Guimarães; Guimarães 2001), suscitou o interesse de implementar um programa de estudo e salvaguarda destes traços do passado.

A oportunidade para o lançamento do projeto surgiu no contexto da adaptação de uma parte substancial da colina do Castelo a um Parque Botânico, inaugurado a 13 de setembro de 2009 e integrado na rede de espaços do Parque Biológico de Gaia, então empresa municipal¹². Esta empresa convidou o Gabinete de

11. A conduta atravessa o Douro precisamente pelo areal de Favais – onde os materiais arqueológicos superficiais eram já na altura abundantes – e as escavações para a sua instalação trouxeram à superfície numerosos blocos graníticos de construções de época romana (Silva; Guimarães 2013a: 15).

12. Pela mesma época teve lugar outra ação de requalificação daquele espaço ribeirinho, que foi a adaptação das instalações de uma antiga fábrica de fundição, aparentemente de origens oitocentistas e situada no sopé nordeste do Castelo para sede do Clube Náutico de Crestuma, infelizmente sem medidas arqueológicas de registo e salvaguarda quer das evidências da antiga unidade industrial, quer de outros vestígios porventura afetados.

História, Arqueologia e Património de Vila Nova de Gaia¹³ (GHAP) a preparar um programa de intervenção para estudo, preservação e valorização dos vestígios arqueológicos do local. Entretanto foram sendo realizados, já sob enquadramento do GHAP, trabalhos preparatórios de pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental, contactos institucionais diversos e, no campo, limpeza e levantamento topográfico geral e de pormenor da área.

Entendido como elemento central de um programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma, o projeto Castr'Uíma (Guimarães *et al.* 2010) foi apresentado às entidades oficiais em 2010. O seu modelo de execução assentava em dois pilares: por um lado uma filosofia de atuação definida como “profissional”, ou seja, de que o trabalho dos arqueólogos, técnicos e outros profissionais envolvidos nas intervenções de campo e estudos complementares deveria por princípio ser remunerado; por outro, uma colaboração estável entre o Parque Biológico de Gaia, EEM e o GHAP, definida por protocolo formal, sendo aquela empresa a principal financiadora do projeto¹⁴. Outras entidades foram associadas para colaboração essencialmente logística, como a Junta de Freguesia de Crestuma¹⁵, o Clube Náutico de Crestuma e a Gaianima, EEM, empresa municipal ligada, entre outros aspetos, à gestão de equipamentos culturais¹⁶. Acompanhava o projeto um formulário com um resumo dos objetivos de investigação, a listagem dos elementos da equipa, indicadores de realização (publicações, comunicações a congressos, etc.) e orçamentos gerais por rubricas.

13. O GHAP é um grupo de trabalho da Confraria Queiro-siana/Amigos do Solar Condes de Resende, associação cultural com estatutos publicados no *Diário da República* (3.^a Série, n.º 80) a 4 de abril de 2003.

14. O protocolo de colaboração foi assinado a 21 de novembro de 2009. O Parque Biológico de Gaia, EEM financiou os trabalhos até 2010; entre 2011 e 2014 assumiu esse papel a Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM; por fim, em 2015 os trabalhos arqueológicos, fora do âmbito do projeto mas em continuidade espacial, tiveram o apoio mecénico da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

15. Presentemente União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma.

16. Empresa municipal entretanto extinta; à semelhança aliás do Parque Biológico de Gaia, EEM, tendo as suas funções regressado à esfera direta da gestão da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

O projeto foi desenhado para quatro anos (2010-2013)¹⁷ com uma equipa de quatro arqueólogos – J. A. Gonçalves Guimarães e António Manuel S. P. Silva (coordenadores), Filipe Pinto e Laura Sousa – e uma patrimonióloga – Maria de Fátima Teixeira, a que se foram associando outros investigadores¹⁸. De acordo com o sumário do formulário, o projeto propôs-se determinar:

- a) Qual a extensão, natureza, cronologia e qualidade dos vestígios arqueológicos;
- b) Que estruturas antigas existem e qual a sua funcionalidade para cada época;
- c) Qual a relação dos vestígios arqueológicos do Castelo com o rio Douro e com a antiga rede viária existente na sua periferia;
- d) Qual a relação dos mesmos vestígios com outros referidos para as suas imediações.

Para responder a estas questões o programa de trabalhos elencava as seguintes áreas de atuação (Guimarães *et al.* 2010):

- Pesquisa documental sobre a área do projeto;
- Trabalho arqueológico de campo (prospecção/levantamento/escavação);
- Trabalho arqueológico de laboratório (tratamento e estudo de materiais);
- Ações de conservação/musealização de estruturas arqueológicas (a definir em função dos achados);
- Divulgação orientada para diferentes públicos;
- Apoio à instalação de centro interpretativo local (na casa da eira) ou outras ações museológicas;
- Arquivo de registos e espólio decorrentes do programa em centro de documentação a definir.

Nesse mesmo ano, cumprindo o programa estabelecido, tiveram lugar as primeiras escavações, efetuando-se diversas ações de sensibilização e divulgação, como a edição por parte do Parque Bioló-

17. Seria depois prolongado por mais um ano (2014). Os trabalhos de 2015, se bem que em continuidade física e espacial dos anteriores, decorreram no quadro de ações preventivas e de minimização de algumas intervenções previstas para o local, nomeadamente no âmbito da intenção de alargamento do Parque Botânico do Castelo.

18. À equipa seriam progressivamente acrescentados Pedro A. Pereira, Paulo Lima, Paulo Lemos e Joana Leite, com responsabilidades de direção de campo, e ainda, de um modo mais informal, outros investigadores dedicados a estudos específicos, como Teresa Pires de Carvalho (cerâmica romana), Álvaro B. Moreira (vidraria romana), Manuel J. Abrunhosa (Geologia) e Cândida Simplício (Arqueologia subaquática).

gico de Gaia, EEM de um novo desdobrável sobre o Parque Botânico do Castelo com informação sobre o interesse arqueológico do local, a exibição de espólio arqueológico de Crestuma na exposição “Os Romanos em Vila Nova de Gaia”, inaugurada no Núcleo de Arqueologia do Solar Condes de Resende, e ainda através de um pequeno colóquio temático realizado no Clube Náutico de Crestuma.

A 1.^a campanha de escavações no Castelo de Crestuma decorreu de 2 a 27 de agosto de 2010 e envolveu uma equipa de cerca de 20 pessoas, arqueólogos, assistentes de arqueólogo, estudantes e outros técnicos. Especificando os objetivos enunciados visava-se reunir dados sobre “a possança arqueológica do sítio e a sua concreta caracterização em termos cronológico-culturais, determinando claramente as épocas de ocupação efetiva do morro e das suas imediações e a tipologia funcional dessa ocupação”; pretendia-se também, como recordava o plano de trabalhos, “acrescentar valorização patrimonial ao sítio no âmbito da sua existência como Parque Botânico/Sítio Arqueológico [...], avaliar a provável relação [do sítio] com outros vestígios existentes nas proximidades” e ainda, desta forma, “inverter o ciclo de abandono e sucessivas destruições a que o local tem estado sujeito, fruto nomeadamente das intervenções referidas e que nenhuma entidade pública logrou minimizar”¹⁹.

A localização das primeiras sondagens voltava-se já para as duas realidades arqueológicas da ocupação do cabeço: a área culminante, junto a uma velha eira agrícola com uma pequena construção anexa (setor A); e a zona ribeirinha nas imediações de Favais (setor P), em resultado dos vestígios de superfície ali visíveis (Fig. 1). No setor superior, onde os depósitos de cobertura se revelaram pouco profundos ou inexistentes, a intervenção permitiu localizar mais de uma centena de entalhes feitos na rocha, quer do tipo comumente conhecido como “buracos de poste”, quer aplanamentos e outro género de interfaces, para além de restos de muretes em pedra muito frustres, não permitindo uma cabal interpretação da natureza das construções que ali existiram (Fig. 3).

19. Trechos do Plano de Trabalhos Arqueológicos dessa campanha. As destruições evocadas são as resultantes da instalação do gasoduto e da ETAR e das infraestruturas associadas. Por economia de espaço omitiremos neste ponto do texto as referências aos relatórios das intervenções, de onde são feitas as citações.

No setor escavado no sopé as duas sondagens não proporcionaram a identificação de níveis arqueológicos de ocupação, apenas estratos de abandono e aterro, com grande quantidade de espólio arqueológico tardo-antigo e medieval. O espólio desta primeira campanha rondou os 18 000 objetos, integrando essencialmente materiais cerâmicos de construção de tipo romano e muita cerâmica romana, para além de vidraria da mesma cronologia, metais e outros elementos.

Neste quadro, a primeira interpretação provisória do sítio, plasmada nas conclusões do relatório como também nas publicações e apresentações públicas à data efetuadas, apontava para uma “cronologia geral de ocupação do sítio situada entre os séculos IV e VII”, propondo-se no plano da sua interpretação funcional a possibilidade de ter existido em Favais uma estrutura portuária ou de atracagem, enquanto no “topo do morro do Castelo pode ter havido [sugeria-se] uma estrutura fortificada, para defesa do porto contíguo, estando ainda em aberto a possibilidade de neste local elevado a ocupação humana antiga se ter estendido até depois do século VII ou ter existido uma reocupação do período da Reconquista Cristã (séculos IX-XI), considerando algumas cerâmicas medievais de aspeto mais tardio ali encontradas”.

A 2.^a campanha (1 a 26 de agosto de 2011) teve a colaboração de uma equipa de 26 pessoas. Os trabalhos visaram essencialmente alargar as áreas em escavação, quer no topo do monte, no setor A (abrindo o subsetor contíguo A2 a poente, situado em terrenos privados), quer no setor P, junto ao areal de Favais. Sem surpresa, “esta ampliação da superfície intervencionada revelou mais claramente que toda a área culminante (e provavelmente a generalidade das encostas) se encontra profundamente marcada pelos numerosíssimos entalhes e outras estruturas negativas, onde em tempos antigos assentaram construções pétreas e em madeira”, enquanto nas sondagens mais próximas da cota do rio continuavam a não aparecer quaisquer estruturas. Um conjunto de cerca de 18 000 itens no que se refere ao espólio exumado reforçava as ilações tiradas dos conjuntos anteriores. As conclusões seguiram a linha do relatório precedente, sublinhando-se que, além do intervalo temporal de maior densidade de ocupação – o período tardo-antigo, aumentara a evidência, aferida pelo espólio arqueológico, da ocupação anterior do sítio e a sua continuidade até tempos medievais.

De 23 de julho a 24 de agosto de 2012 teve lugar a 3.^a campanha, com 34 colaboradores. Os trabalhos continuaram a incidir no setor A, procurando determinar a extensão e natureza dos vestígios detetados nas intervenções anteriores e foram concluídos no setor P. A intervenção no subsector A2 revelou entre os dados de maior destaque a presença de um muro antigo, subjacente pelo menos em parte ao atual muro divisório de propriedade, em associação estratigráfica com depósitos tardo-romanos/ alto-medievais, evidência muito significativa por se tratar, praticamente, do primeiro muro antigo descoberto no Castelo. Numa plataforma da encosta sudeste abriu-se uma nova área de escavação (setor T), expondo mais um grande conjunto de entalhes, aplanamentos e buracos de poste; na zona de Favais, para além de uma pequena sondagem, inconclusiva, numa construção classificada modernamente como pesqueira (setor L) que se supõe poder ser mais antiga, realizou-se uma ação de interessantes consequências, uma vez que permitiu confirmar a hipótese da existência de estruturas portuárias submersas (Fig. 1).

Na verdade, a identificação, em 2010, de um conjunto de blocos graníticos de grande volume aparelhados com tecnologia romana – desenterrados a grande profundidade, segundo testemunhas, quando na década de 1990 fora necessário proceder a escavações para instalação do gasoduto – permitira sugerir que teriam pertencido a uma estrutura de grande porte, apontando-se um cais ou atracadouro; entretanto prospeções feitas com georadar no areal tinham também indicado a existência de anomalias significativas interpretáveis como decorrentes de construções enterradas. Por conseguinte, em setembro de 2012 efetuou-se uma pequena sondagem mecânica na praia, condicionada pelo ritmo das marés, que possibilitou encontrar, a menos de um metro de profundidade, parte de uma construção de pedras em granito de grandes dimensões, confirmando plausivelmente as hipóteses interpretativas adiantadas (Fig. 4).

O espólio exumado continuou a caracterizar-se pela abundância (25 500 objetos), evidenciando grande proporção de telha romana, indício credível de assinalável número de construções com aquele tipo de cobertura. Entre outros elementos, retirou-se de uma parede da casa da eira, onde se achava reutilizada, uma base de coluna em granito. Nestas condições a cronologia geral do sítio arqueológico não sofreu alterações, sendo que a confirmação das

estruturas de atracagem veio acentuar a impressão que vinha sendo dada pela relativa abundância de *terra sigillata*, vidros e material anfórico encontrados perto do areal de Favais, “atestando o carácter portuário e de entreposto do Castelo de Crestuma na romanidade tardia e na Alta Idade Média”.

A 4.^a campanha de trabalhos arqueológicos (12 a 30 de agosto de 2013) envolveu 25 pessoas. Traduziu-se pela continuação da escavação no setor A e por um acentuado alargamento da área estudada, designadamente pela abertura de dois novos setores de encosta (setores E e C) e um outro na zona de Favais (setor N), para além do início de uma nova frente de trabalho através da Arqueologia subaquática, elementos que acrescentaram novos dados e problemáticas ao estudo da estação (Fig. 1).

Na parte superior do Castelo, as ações no setor A confirmaram e esclareceram algumas observações feitas anteriormente acerca da utilização e sequência dos numerosos entalhes aí existentes, bem como o enquadramento estratigráfico do tramo de muro antigo reconhecido em 2012 (Silva; Guimarães 2013b). Mas os achados mais notáveis foram certamente os da zona da “eira”. O levantamento de algumas lajes que nivelam a rocha aplanada no ângulo sul não foi totalmente conclusivo acerca da possível existência de uma cisterna ou outra estrutura subterrânea (sugerida por diversos testemunhos da população local), mas a norte, no topo do atual caminho de acesso pelo nascente, viriam a fazer-se as descobertas mais extraordinárias, designadamente uma sepultura antropomórfica escavada na rocha, a qual, entre outros aspetos, confirma a já antevista antiguidade do entalhe e aplanamento da mesma “eira”.

Esta sepultura de inumação, rasgada numa área onde se vêem outros entalhes aparentemente anteriores, apresenta tipo e dimensões relativamente comuns nos sepulcros deste género, sendo a circunstância mais singular o facto de estar encaixada num outro “compartimento” rebaixado, de plano subretangular, criando uma espécie de degrau ou rebordo a toda a volta da cavidade tumular, que poderá ter servido para assentamento de uma tampa, porventura monolítica; ou para efeitos cerimoniais ligados ao ritual funerário (Fig. 5). A sepultura, que não continha quaisquer depósitos funerários e apresentava ateros aparentemente modernos, foi datada, com base na sua tipologia formal, entre os séculos X e XI (Silva *et al.* no prelo c).

Neste mesmo ponto da escavação, tal como no setor

C, localizado a uma cota inferior a duas dezenas de metros de distância para noroeste, identificaram-se elementos de interesse para a problemática dos acessos ou “portas” da fortificação ou outras estruturas existentes no plano superior da elevação. No rebordo norte da eira, junto à sepultura, detetou-se uma espécie de “fosso”, colmatado por aterro de terra e blocos de xisto. O vizinho setor C foi implantado na base de um grande penedo onde se observam entalhes e encaixes parietais cuja explicação poderia relacionar-se com uma eventual porta na muralha que delimitaria o topo em período tardo-antigo ou já medieval; os trabalhos deixaram à mostra uma quantidade ainda maior de entalhes e, na sua base, diversos cortes e “buracos de poste”, que, todavia, não esclareceram ainda aquela hipótese. O setor E, na encosta noroeste do morro, proporcionou essencialmente a identificação de mais um vasto conjunto de entalhes, novamente de difícil interpretação, articulação e faseamento cronológico.

Perto da margem do Douro iniciou-se a escavação do setor N, poucos metros a sudeste do setor P, mas numa plataforma superior. A sondagem mostrou-se frutuosa. Não só forneceu interessante espólio de cerâmica e outros itens como proporcionou restos de estruturas murárias, que não puderam então ser devidamente esclarecidas. No areal abriu-se, em setembro, nova sondagem mecânica alargando a superfície da anterior, o que proporcionou a recolha de algum espólio e, ainda, revelou algumas peças em madeira, aparentemente trabalhadas, cujo significado não pôde antever-se. Também neste ano teve começo um subprojeto de Arqueologia subaquática, com resultados promissores, permitindo a recolha de pedras trabalhadas que se encontravam imersas ou na margem do rio, como um fuste de coluna e parte de uma epígrafe romana. O espólio ultrapassou os 14 000 objetos e foi similar ao das campanhas precedentes, com algumas curiosidades além das já assinaladas, como uma curiosa e rara *tegula* com parte de uma inscrição em caracteres latinos cursivos. No geral manteve-se a cronologia e o modelo interpretativo do sítio, agora enriquecido com novas estruturas edificadas próximo do rio e bastante complexificado com a descoberta da sepultura à cota superior. Concluído o tempo original previsto para a execução do projeto Castr’Uíma solicitou-se o seu alargamento, para dar resposta a trabalhos de campo que se achavam por concluir. Entre 25 de agosto e 6 de setembro de 2014 realizou-se a 5.^a campanha de

escavações, com uma equipa reduzida (pouco mais de uma dezena de colaboradores) e restrita também no âmbito espacial. Os trabalhos incidiram particularmente no alargamento da escavação no setor N, o que permitiu ter uma melhor visão e perceber o faseamento construtivo dos muros detetados, todavia muito truncados, em consequência dos efeitos das cheias do rio e ações antrópicas diversas. Paralelamente efetuaram-se novas pesquisas subaquáticas no rio Douro e o levantamento batimétrico da área mais próxima das margens do Castelo.

O espólio não foi abundante, dada a redução da área escavada (3600 objetos), mas executaram-se as primeiras datações absolutas, ensaiando-se a datação por Carbono 14 (AMS) de 15 amostras de sementes. Na maior parte, as datas parecem situar-se entre os séculos V e VI, perfeitamente consentâneas com os ambientes sugeridos pelo espólio arqueológico recolhido nesses contextos. Porém, uma das datas aponta para o Alto Império e outras três para os últimos séculos do 1.^o milénio a.C.; curiosamente nenhuma das datações forneceu resultados posteriores, quando muito, aos inícios do século VII, o que valida de certo modo a integridade estratigráfica das amostras. A intenção de alargamento do Parque Botânico e algumas ações previstas por proprietários de terrenos levou a que em 2015 fossem ainda realizados trabalhos no setor N, os quais, se bem que formalmente posteriores ao projeto e legalmente enquadrados em medidas de tipo preventivo, não deixaram de acrescentar informação relevante ao sítio, como é evidente. A intervenção, que decorreu entre 17 e 29 de agosto, envolveu uma equipa restrita e incluiu uma indispensável escavação mecânica, uma vez que se pretendeu alargar a sondagem a uma boa parte da superfície da plataforma do terreno. Os trabalhos não foram ainda terminados, mas mostraram que os muros detetados em 2013 e 2014 se encontram efetivamente truncados e não fornecem elementos para entender a sua planta ou função. Todavia, identificou-se um novo conjunto de estruturas negativas – como as restantes de difícil interpretação – e é possível que outras evidências arqueológicas de interesse possam restar sob os depósitos ainda não escavados.

4. TÓPICOS E DESAFIOS DA AGENDA CIENTÍFICA

Há uma década o Castelo de Crestuma era, do ponto de vista arqueológico, um sítio difuso, mal conheci-

do, sobre o qual estavam disponíveis meia dúzia de notícias vagas ou propostas intuitivas; no plano das memórias e narrativas locais um espaço abandonado e degradado, distinto apenas de lugares afins pelo facto de uns quantos, mais velhos ou melhor informados, apontarem as estranhas cavidades ou os cacos de louça que se espalhavam pela praia ou pelas encostas como testemunhos singelos de gente antiga; finalmente, do ponto de vista do património cultural, nada mais recomendava o monte que as boas vistas sobre o rio Douro, o que sem surpresa levou uns a projetar para ali a construção de moradias, e outros a sugerir a sua adaptação a bancada mais ou menos natural para da elevação se poder assistir às provas de canoagem que regularmente ali têm lugar, enquadradas pelo Clube Náutico de Crestuma, com tradição e prestígio na modalidade.

A vontade de alguns arqueólogos em desvendar os “mistérios” do Castelo e a oportunidade gerada pela requalificação ambiental e patrimonial do sítio com a criação do Parque Botânico uniram-se para travar o processo de degradação e dar uma nova vida ao Castelo. Passados seis anos de escavações e outros estudos, que balanço fazer?

Às questões fundadoras enunciadas de modo direto no projeto de investigação podemos dar respostas diversificadas, considerando o seu caráter de certo modo progressivo. A primeira, e talvez principal, propunha averiguar a extensão, natureza, cronologia e qualidade dos vestígios arqueológicos. Detenhamo-nos sobre estes elementos, deixando para a publicação do relatório do projeto a discussão sobre as restantes linhas de pesquisa.

A extensão da área de interesse arqueológico é difícil de determinar sem um programa de trabalhos arqueológicos orientado expressamente para essa meta, que sendo importante não seria talvez prioritária. Uma primeira mudança de paradigma foi anterior ao projeto, reapreciando as informações relativamente dispersas sobre o que A. Sousa (1945; 1957) considerava uma “estação lusitano-romana” para a perspetiva mais abrangente de um “complexo arqueológico”, com vestígios multiformes e de épocas distintas (Silva 2007). Porém, ao mesmo tempo que permitiu clarificar os diferentes e porventura articulados “ambientes” arqueológicos – como o próprio morro do Castelo, a extensa frente ribeirinha com notórias evidências de ocupação antiga, a área das necrópoles a sudoeste, etc. – a conceção de um tão amplo complexo arqueológico ofereceu a

ideia igualmente clara de que seria impossível a médio prazo investigar todas essas frentes de trabalho, e que um sítio como Crestuma oferece uma agenda de pesquisa para muito mais que um projeto de cinco ou dez anos. Não obstante, com os trabalhos de escavação e prospeção, certamente que existe uma ideia mais nítida da extensão do Complexo Arqueológico, nomeadamente no que se refere à sua ocupação no período tardo-antigo, considerando quer a elevação, quer a frente portuária.

No que respeita à cronologia de ocupação, possuímos um quadro de referência relativamente estável, obtido especialmente a partir dos materiais arqueológicos mas a que o lote de datações radiométricas veio dar maior consistência. Assim, a ocupação antrópica do local remonta à Idade do Ferro (Fase 1), se bem que desta época apenas se encontrem cerâmicas e um ou outro item metálico, ainda sem contexto estratigráfico adequado; da Fase 2 (ocupação romana) são muito escassos os vestígios para além da epígrafe funerária mencionada. A Fase 3 (séculos IV-V a VI-VII) é a que apresenta vestígios mais expressivos, podendo corresponder ao período de mais intensa ocupação do *Castelo* e das áreas contíguas ao rio Douro; pelo contrário da utilização do local durante o período da “Reconquista Cristã”, pelos séculos IX a XI (Fase 4), foram ainda reconhecidos poucos indícios além de algumas cerâmicas características desta época. Por fim, desconhecendo-se de todo o percurso do local nos séculos subsequentes, documenta-se apenas a sua utilização, provavelmente agrícola, na época moderna e contemporânea, situação em que o *Castelo* chegou à segunda metade do século XX. Os momentos extremos desta série cronológica são os que levantam maiores problemas. Do povoado indígena proto-histórico não se detetou ainda qualquer estrutura ou depósito estratificado, restando os materiais arqueológicos para qualquer tentame cronológico (Silva; Sousa; Pinto no prelo b); da fase que atribuímos à Idade Média pré-nacional, as cerâmicas são ainda mais esparsas e dificilmente permitem definir as datas em que ali se terá instalado a estrutura defensiva ou tal função terá sido abandonada (Silva; Sousa 2014; Silva *et al.* no prelo a).

Ligada à questão da cronologia temos a *natureza* do sítio; as suas *naturezas*, diríamos melhor. Aqui, ainda que enganadoramente, quase que se imagina melhor o aspeto do Castelo na Proto-história: mais um “povoado castrejo” entre tantos os que enxamearam

o Noroeste português, se bem que se desconheça se é dessa época o fosso, se haveria outros dispositivos defensivos e nada se saiba sobre as estruturas habitacionais que alojariam a comunidade, fossem em materiais perecíveis (utilizando alguns dos entalhes e buracos de poste?) ou petrificadas; naturalmente, parece plausível que a grande intensidade construtiva do período tardo-antigo possa ter destruído os traços da ocupação precedente. Algo análogo poderá pensar-se para o castelo, genuinamente roqueiro, que por alturas dos séculos IX ou X se terá instalado no ponto culminante do cabeço, similar a vários que são conhecidos nas suas próprias especificidades (Silva; Guimarães 2013a: 16-17), mas há ainda um profundo trabalho a desenvolver para uma melhor aproximação ao seu espaço e dispositivos defensivos, naquilo que porventura tiveram de original, pois maiores serão as dificuldades a admitirmos que possa ter reutilizado eventuais defesas do *castellum* tardo-romano.

Nesta fase, que situaremos essencialmente nos séculos V e VI, a frequência dos materiais arqueológicos, a abundância de *tegula* e *imbrex*, a impressiva presença de ânfora e *sigillata* do Mediterrâneo Oriental e do Norte de África, entre outras origens mais próximas, constituem um conjunto de bens móveis que forçosamente tivemos de cruzar com as materialidades imóveis: os milhares de buracos de poste, entalhes e aplanamentos que invadem talvez 75% do substrato rochoso da colina, exposto ou coberto por sedimentos, sugerindo grande atividade edilícia desde o ponto superior até à cota do rio; os poucos tramos de muros identificados (setores A e N), mas em especial o alinhamento do “cais” no areal de Favais, ou as evidências, ainda que esparsas, de alguma arquitetura excecional (uma base de coluna retirada das paredes da casa da eira; um fuste recolhido do rio e a notícia de um outro em tempos levado por particulares, pelo menos duas epígrafes romanas, as pedras almofadadas que as obras do gasoduto levantaram em Favais, etc.) que nos podem sugerir?

Propor uma resposta a esta questão é já o fundamento de um novo projeto de investigação. Tendo aparentemente ficado à margem da História, o sítio de Crestuma só pela Arqueologia se revelará. Mais do que um cais, sabemos agora que toda a frente de rio foi área portuária, como o evidenciam os numerosos entalhes, encaixes de guindaste e dispositivos de amarração ali presentes; do que possa existir submerso temos de dar tempo à prospeção subaquática

para o revelar, mas pelas encostas acima conseguimos imaginar toda uma babel de escadas e plataformas em madeira, certamente pontuadas aqui e ali por edifícios em pedra. De que falamos? De um *uicus* ribeirinho dedicado à pesca e ao comércio que os novos poderes invasores do século V não só pouparam como permitiram medrar e fazer entreposto regional para mercar vinhos, azeite, preparados de peixe ou simultaneamente escoar o último ouro das minas de Valongo? À imaginação do arqueólogo, minimamente fundada no enquadramento histórico e nas evidências do terreno, compete sugerir hipóteses interpretativas, mas podemos estar ainda longe de apreciar com nitidez o quadro, por ora ainda muito esbatido, do que existiu em Crestuma pelos anos de 400 e 500.

Da “qualidade” dos vestígios arqueológicos, entendida aqui quer no sentido de grau de conservação quer no de potencial cultural, expositivo, turístico ou o que seja, podemos ainda assim, atendendo à singularidade do sítio, dar uma resposta favorável. Aliás, a ideia de conservação e musealização de algumas dessas evidências materiais, passando mesmo pela instalação de um centro interpretativo, está presente no programa de investigação e será também uma das propostas do relatório que se encontra a ser ultimado. Todavia, dois aspetos se impõem à reflexão: por um lado, importa inquirir bastante mais o terreno para que a clarificação da *natureza* do sítio informe e qualifique a intenção de efetivamente valorizar um Parque Botânico e Arqueológico do Castelo; por outro, como se sabe, a conservação preventiva e ativa de um sítio arqueológico e a sua animação para fruição cultural envolvem estratégias de gestão cuja discussão ultrapassa os limites deste texto. Deixaremos para a publicação do relatório do projeto as restantes questões levantadas pelo programa inicial.

5. AVALIAR UM PROJETO

Podemos avaliar a execução de um projeto em várias vertentes, relacionadas com a sua gestão aos mais diferentes níveis ou as tocantes aos resultados, para os quais aquela concorre, evidentemente. Mais que o projeto “arqueológico” entendido de forma estrita, o *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma* lançava um conjunto de linhas de trabalho, como reproduzimos, que não se esgo-

tam nas escavações, sua interpretação estratigráfica e planimétrica e no tratamento e estudo dos materiais exumados.

Nessas áreas de intervenção incluía-se, por exemplo, a pesquisa documental, que pode conduzir a uma melhor percepção da paisagem histórica do Castelo e do uso daquele espaço nos tempos medievais e modernos, as já mencionadas ações de conservação ou musealização e mesmo o apoio, pela produção de conteúdos e um discurso narrativo à instalação de um pequeno centro interpretativo na casa da eira, se bem que recentemente tenham sido aventados outros locais para este efeito e, como não podia deixar de ser, a divulgação, orientada para diferentes públicos.

A divulgação dos achados, estudos e interpretações sobre os bens arqueológicos constitui não só uma obrigação legal mas principalmente uma regra ética e de boa conduta de qualquer arqueólogo. Neste sentido, a Arqueologia é uma ciência social não só por atuar sobre bens que pertencem e importam a uma comunidade, mais ou menos alargada, como também por produzir informação que interessa, interage ou mesmo condiciona as narrativas identitárias dessa mesma comunidade.

Como noutras áreas, a divulgação em Arqueologia tem diferentes públicos ou alvos. Desde logo o arqueólogo dirige-se aos seus pares, através de publicações, conferências, visitas ou o que seja, pretendendo gerar debate científico, criar massa crítica sobre o seu objeto de estudo, articulá-lo numa rede de conhecimento progressiva e cumulativa que venha a incorporar esse mesmo objeto nos mapas cognitivos da História local, regional ou de âmbito mais vasto. Mas, por outro lado, o dever e a necessidade de divulgação estende-se a todos os grupos e comunidades que interagem com os sítios e com os arqueólogos: proprietários dos terrenos em escavação, políticos e outros líderes locais, agentes da comunicação social, visitantes mais ou menos informados, grupos escolares, a comunidade local aos mais diferentes níveis. O compromisso do formulário de candidatura do projeto era relativamente modesto a este respeito; propúnhamo-nos então fazer cinco comunicações sobre os resultados dos trabalhos (três em congressos científicos nacionais e duas em internacionais) e publicar, em letra de forma, um livro, dois artigos em revistas internacionais e quatro em revistas nacionais, num total de seis artigos.

Quantificando e analisando agora este indicador observamos que no âmbito do projeto foram produzi-

das quinze publicações, das quais três se encontram no prelo. Se bem que excedendo largamente no total o volume previsto, a execução não corresponde exatamente ao perfil editorial solicitado, uma vez que a equipa privilegiou sempre, por um lado, a divulgação do sítio em congressos e reuniões científicas, precisamente por permitir a interação com a comunidade arqueológica; e, por outro, a publicação à escala local, fortalecendo o reforço do tema nas suas comunidades “gestoras” ou “proprietárias”, tanto mais que Crestuma era uma estação quase desconhecida.

Podemos qualificar as publicações efetuadas por cinco congressos internacionais, cinco congressos nacionais (cujas atas entendemos de certo modo equivalentes à publicação em revistas de referência), três revistas locais e uma académica, e ainda um livro, a que há-de juntar-se a monografia final em preparação. Não acrescentando por ora comentários a esta estatística, lembramos outro indicador que nos parece relevante a todas as escalas, o ritmo de apresentações públicas sobre o Castelo e os seus materiais, fosse em congressos, colóquios e mesas-redondas, como em palestras locais, escolares ou outros eventos. Temos a este respeito, a estatística seguinte.

O tema de Crestuma foi objeto, desde 2010, de onze apresentações em colóquios de âmbito regional ou local, oito em congressos ou colóquios nacionais e dez em internacionais (incluindo um em Espanha e outro em Itália), a que devemos somar diversas palestras locais ou escolares, visitas guiadas ao sítio e a presença de materiais em exposições, destacando-se a mostra temporária “Castelo de Crestuma: a Arqueologia em busca da História”, inaugurada nas I Jornadas sobre o Castelo de Crestuma, em 2013, e que desde então esteve já patente em seis escolas e equipamentos culturais de Gaia.

Como se compreende, a apresentação de comunicações orais ou *posters* em congressos, a participação em colóquios e mesas-redondas ou a própria redação de textos, balizáveis numa gama de conteúdos e nível de detalhe que vai do registo mais divulgativo até ao debate científico mais particular, são indicadores que aqui medimos apenas do ponto de vista da própria agência ou produção, sendo necessárias outras ferramentas e espaço para analisar o impacto junto daqueles a quem se dirige.

Uma forma de perceber a ressonância do discurso científico produzido é quantificar o volume de citações académicas; outra, de maneira mais qualitativa, é avaliar de que forma o sítio arqueológico

e os resultados dos trabalhos incorporam trabalhos académicos, designadamente pós-graduações. Só conseguimos recensar uma dissertação de mestrado em Turismo e Património Cultural, que analisa os recursos de Crestuma e freguesias vizinhas, propondo a criação de dois roteiros turísticos à escala local²⁰. Apesar do Castelo ser assinalado como ponto de visita nos roteiros e vários autarcas e personalidades locais entrevistados sublinharem a importância e o potencial turístico do sítio, o grau de utilização da informação científica é confrangedoramente nulo, uma vez que nenhuma das publicações próprias foi citada (apesar de um dos coordenadores ter sido entrevistado na pesquisa) e a fonte de informação mais recente sobre o cais romano do Castelo é o sítio eletrónico do Município.

A este propósito, interessa ao nosso ensaio avaliativo considerar a segunda grande forma de difusão da informação sobre o Castelo e os trabalhos ali realizados, a que se destina e atinge sem dúvida o público mais alargado, incluindo o especializado, que é a comunicação social. O sítio e o projeto foram alvo de cobertura noticiosa, reportagem ou trabalhos de maior detalhe em numerosos órgãos, com destaque para a imprensa local, os periódicos naturalmente mais voltados para o tema como a revista *Parques e Vida Selvagem* (publicação de grande circulação editada pelo Parque Biológico de Gaia), mas também diários de grande informação como o *Jornal de Notícias* ou o *Público*, para além de reportagens para televisões locais, apontamentos em canais nacionais e uma edição do programa “Caminhos da História”, da Porto Canal, peças que se encontram facilmente no *YouTube* ou outros recursos *online*. Os motivos para as peças jornalísticas foram distintos, desde a inauguração do Parque Botânico até à descoberta do cais romano, que suscitou particular entusiasmo e pontuou mesmo serviços noticiosos de televisões nacionais; sem surpresa, o fascínio jornalístico pela História que democraticamente se revela em locais humildes ou inesperados deu mote a títulos como “Riqueza arqueológica revelada em Crestuma” ou “Crestuma já tinha povos na Idade do Ferro”!

Numa avaliação que desejaríamos o mais possível a 360º – na qual trabalhamos para o relatório conclu-

sivo – importa analisar a perceção e o conhecimento do projeto e sítio arqueológico, o grau de envolvimento pessoal, as expectativas próprias e outros elementos de todos os envolvidos, desde os arqueólogos e técnicos da equipa aos estudantes que colaboraram em regime de voluntariado, aos autarcas e “líderes de opinião” locais, até ao cidadão comum da freguesia ou de outras comunidades mais amplas, como é o caso dos arqueólogos não envolvidos no projeto. Não podendo fazer-se aqui tal análise, nem tão pouco elencar os dados que vimos recolhendo, reunimos alguns elementos que entendemos de interesse, a que faremos brevíssima nota, começando pelos voluntários.

Participaram nas cinco campanhas cerca de 40 jovens, estudantes de licenciatura em Arqueologia que, não obstante a sua qualidade de voluntários, receberam uma pequena remuneração diária, considerando que a organização não pôde facultar alojamento nem garantir, na maior parte das campanhas, transporte ou alimentação. Convidados a responder a um inquérito *online* anónimo obtiveram-se 11 respostas, número escasso para análise estatística mas que pode comentar-se. Quase três quartos dos respondentes participaram nas escavações por mais que uma campanha, o que poderá ter constituído motivo para a resposta ao inquérito, uma vez que um certo grau de fidelização foi na ocasião reconhecido pela coordenação. Questionados sobre a verba que auferiram, as opiniões dividiram-se: 36% consideraram-na decisiva para a sua participação, 27% entenderam-na como um apoio importante, ainda que não decisiva e os restantes 36% participariam nos trabalhos mesmo sem pagamento. A maior parte (64%) não conhecia qualquer publicação sobre Crestuma antes de ter participado no projeto, mas 73% dos voluntários tiveram acesso ou consultaram alguma publicação após a sua colaboração, o que parece significar algum aumento de curiosidade ou motivação. 82% entenderam como significativo ou muito significativo o contributo das escavações para a sua formação em Arqueologia e, elemento também interessante, 64% dos voluntários entenderam como “perfeitamente clara”, a partir das informações da equipa responsável, a natureza e cronologia do sítio arqueológico, enquanto que 73% declararam ter conhecimento, ainda que de um modo geral, dos objetivos e das estratégias de investigação e apenas 9% não se sentiram envolvidos ou participantes, mesmo de forma pontual, na agenda da investiga-

20. SOUSA, Lúcia Cardoso de (2014) – *Património como estratégia de desenvolvimento local: o caso de Arnelas, Crestuma e Lever*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Braga.

ção, números que podem talvez traduzir alguma eficácia comunicacional entre a liderança arqueológica e os voluntários em processo de formação e aquisição de experiência.

Quisemos também interrogar a “comunidade arqueológica” portuguesa, independentemente da sua afetação geográfica, profissional ou especialização. Foram convidados a responder a um curto inquérito 215 arqueólogos contactados nominalmente, tendo sido repetido o convite, por duas vezes, na lista de correio *Archport*. Foram recebidas 87 respostas, que admitiremos todas como de arqueólogos, uma vez que o inquérito foi anónimo. A primeira questão inquiria se o respondente conhecia ou sabia o que é o sítio arqueológico do Castelo de Crestuma, tendo 44% respondido que sim e outros 39% “vagamente”, valores que entendemos não representativos, devendo sofrer de enviesamento pelo facto de um bom número de respostas resultarem precisamente de arqueólogos que conheciam o sítio, a sua bibliografia ou os arqueólogos que sobre ele têm trabalhado. Mais interessante talvez será perceber como foi que estes 83% de arqueólogos que sabem de Crestuma, mesmo vagamente, obtiveram tal conhecimento: numa questão que admitia múltiplas respostas, a maior percentagem (46%) apontou para a internet ou as redes sociais (indicação curiosa, dado o relativamente escasso investimento do projeto nestes veículos); seguiram-se os que leram pelo menos um texto de carácter científico (39%), informações pessoais (29%), a assistência a uma apresentação pública (23%) ou a visita ao local (16%).

As representações dos arqueólogos que responderam ao inquérito sobre o tipo de sítio arqueológico que julgam ser Crestuma forneceram também respostas curiosas. Dos 60 que responderam a este item, um terço considera a estação como um *castro*, uma povoação fortificada proto-histórica (o que merece nota, pois esta fase de ocupação é a que tem sido menos assinalada nos textos científicos e de divulgação), mas 20% deram respostas bastante exatas e que expressam o carácter multiperiodal do sítio, sendo que 10% o tipificam como cais romano ou similar (vertente muito enfatizada na comunicação social quando esta estrutura foi descoberta), 8% entendem-no como castelo e percentagem igual acentua as evidências significativas da Antiguidade Tardia/Alta Idade Média; no geral 15% dos respondentes acham que o Castelo de Crestuma é um “sítio fortificado”, percepção igualmente de destacar

porquanto esta característica do sítio é, por agora, das menos evidentes no terreno e na bibliografia.

Quase metade dos respondentes (48%) conhece uma ou mais publicações científicas sobre Crestuma, que obteve maioritariamente na internet (61%) ou encontrou nas atas de algum congresso (29,5%) ou ainda numa publicação periódica (23%). Por fim, quisemos de alguma forma testar a atratividade do sítio para a investigação e perguntamos: “Caso esteja ou venha a estar envolvido em investigações de tipo académico ou científico, consideraria interessante estudar o Castelo de Crestuma, os resultados das escavações ou o espólio arqueológico recolhido?”. Entre a comunidade dos arqueólogos, 55% responderam positivamente, e de forma análoga 64% dos voluntários (quase seguramente todos eles hoje já licenciados) optaram por um “Sim, seguramente” como resposta, dados aparentemente simpáticos para a estação arqueológica e o projeto, mas que, naturalmente, exigiriam análise mais fina em função do universo dos respondentes.

6. NOTAS CONCLUSIVAS

A avaliação que vem sendo realizada, de que aqui traçamos apenas alguns aspetos, visa num primeiro plano analisar a eficiência do modelo de investigação utilizado e a pertinência ou relevância dos resultados em função do investimento que foi feito em meios financeiros, humanos e tempo de trabalho. Neste tempo digital e autofágico, onde a voragem da notícia quase se desatualiza mal se apagam o eco da voz ou a última linha de um texto, a Arqueologia, como outras ciências, luta com a pressão de produzir “dados”, “resultados”, conteúdos de narrativas exigidos pelos mais variados públicos ou agentes num tempo que nem sempre é o mais adequado à análise criteriosa e ponderação dos elementos que hão-de gerar informação. Na verdade, que representam menos de cem dias de escavação, computando todas as campanhas, para iluminar mais de dez séculos de vida de um povoado (chamemos-lhe assim para simplificar) cujos principais vestígios, para além da erosão do tempo e da ação das sucessivas gerações, se encontram imersos ou, se em terra, traduzidos por milhares de “estruturas negativas” de temerária interpretação volumétrica e que convocam modelos e paradigmas mentais para os quais a nossa Arqueologia – no Norte do País tão afeita à geometria das construções em granito ou ao habilidoso acamar do

rachão de xisto se é esta a natura do solo – está tão pouco preparada? Mas não sirva isto de desculpa. Aqui, como em muitas outras coisas, há que prestar contas, ponderar lacunas e erros próprios, oportunidades perdidas ou apostas falhadas, sem deixar naturalmente de reconhecer a novidade dos contributos, a frescura das propostas com que, pedra a pedra ou balde a balde, se acrescenta alguma claridade a um tempo e lugar até aqui notoriamente opacos.

Sem entrar em questões de detalhe científico, comentaremos só algumas dimensões do modelo de investigação seguido. O projeto nasceu da colaboração assumida, consciente e estável entre uma empresa pública e uma associação cultural com um gabinete de investigação de filosofia profissional. A primeira pretendia acrescentar valor a um novo equipamento social e de lazer, o Parque Botânico do Castelo, potenciando uma dimensão rapidamente identificada, a sua qualidade arqueológica; a segunda possuía o conhecimento de História local, os meios técnicos e a capacidade de reunir entre os seus membros uma equipa motivada e devidamente qualificada para a tarefa. Dois pontos devem sublinhar-se no que respeita ao primeiro outorgante do protocolo: sendo uma empresa pública responsável, em primeira mão, pela conservação, gestão e disponibilização de numerosos espaços verdes do concelho, possuía naturalmente, no âmbito da sua missão e nas competências da sua direção, uma perceção e vocação científicas que lhe permitiram entender e respeitar os ritmos e as necessidades materiais do processo de investigação em Arqueologia; deste posicionamento resultaram quer a estabilidade das dinâmicas de colaboração ao longo de todo o projeto, quer um plano de financiamento que consideramos digno dentro das circunstâncias, traduzido por um valor médio na ordem dos 40 000 € por ano. No que respeita ao GHAP, este modelo de trabalho e financiamento permitiu suprir os custos normais do projeto em relação às escavações e a muitos estudos complementares, assumindo-se que, dentro do espírito daquele gabinete, deveria ser remunerado o trabalho de campo de arqueólogos, técnicos e outros colaboradores, recebendo os voluntários estudantes uma verba reduzida no quadro das condições já descritas. Este quadro de atuação, singular em projetos não comerciais, proporcionou uma execução que, todavia, se deverá considerar semiprofissional, uma vez que o financiamento não permitiu remunerar a equipa fora dos períodos de escavação, o que fatal-

mente provocou atrasos e constrangimentos, consequência das obrigações profissionais de cada um. Fruto de opções mas também das próprias circunstâncias, o projeto não teve qualquer ligação formal ao meio académico, fosse com algum centro de investigação ou mesmo com consultores associados. Na verdade, por receio da natural burocracia de mais protocolos ou negociações demoradas, ou por não se ver, na altura, particular vantagem nessa articulação, a questão quase nem se colocou, o que não obstou, bem entendido, a que docentes de várias universidades tenham visitado o Castelo, colaborado em colóquios e outras iniciativas e contribuído com a sua opinião ou conselho.

A possibilidade da conceção de um novo projeto afigura-se por um lado natural face à vontade das autarquias e da população local mais informada, a que há que juntar a indispensável necessidade de intervenção em relação às áreas escavadas, seja para as colmatar, seja através de ações de conservação e musealização, já encetadas através de sinalética elementar, mas que há que aprofundar e completar se essa for a intenção da atual gestão do Parque Botânico, centralizada nos serviços municipais.

O temário ou a agenda de investigação, que resultarão do balanço do relatório e para cuja publicação foram reservados meios financeiros, permitirão por certo apontar caminhos variados, exigindo meios e estratégias igualmente diversas. Há que refletir e porventura refundar o modelo de investigação e, em especial, mobilizar os agentes envolvidos (os óbvios mas também os menos óbvios) para um programa de trabalho cooperativo, assente em responsabilidades partilhadas, um plano de comunicação eficiente, metas claras e garantias de estabilidade de financiamento e provisão de outros recursos que permitam que, sem falsas expectativas ou os constrangimentos de ter que mendigar anualmente os restos de um qualquer orçamento, a investigação arqueológica assumo o seu papel ao serviço da História, da Cultura, da dinamização local.

BIBLIOGRAFIA

Relatórios técnicos

DRYAS (2011) – *Relatório Preliminar. CRES'11. Crestuma (Vila Nova de Gaia). Reconhecimento geofísico por GPR (Ground penetrating radar)*. Coimbra: Dryas Octopetala.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; SOUSA, Laura C. P. (2010) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma. Vila Nova de Gaia. Projecto Castr'Uíma*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; SOUSA, Laura C. P. (2011) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projecto Castr'Uíma. Relatório da 1.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2010)*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; SOUSA, Laura C. P. (2012) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projecto Castr'Uíma. Relatório da 2.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2011)*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; PINTO, Filipe M. S.; SOUSA, Laura C. P. (2013) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projecto Castr'Uíma. 3.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2012). Relatório Final*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura C. P.; LEMOS, Paulo A. P.; LEITE, Joana N. (2014) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projecto Castr'Uíma. 4.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2013). Relatório Final*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A. P.; SOUSA, Laura C. P. (2015) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projecto Castr'Uíma. 5.ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2014). Relatório Final*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; LEITE, Joana N.; PINTO, Filipe M. S. (2017) – *Castelo de Crestuma (V. N. Gaia). Relatório dos trabalhos preventivos e de avaliação arqueológica realizados em 2015*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

SIMPLÍCIO, Maria Cândida; SILVA, António Manuel S. P. (2017) – *Prospeções arqueológicas subaquáticas na área do Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia. Relatório dos Trabalhos de 2013-2014*. Vila Nova de Gaia: GHAP/ASCR-CQ.

Bibliografia produzida no âmbito do Projeto Castr'Uíma

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2010) – O Castelo de Crestuma, Parque Botânico e Sítio Arqueológico. *Casa da Cultura*. Vila Nova de Gaia. 14 (agosto 2010). Vila Nova de Gaia, pp. 30-31.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura C. P.; PINTO, Filipe M. S. (2013) – O Complexo Arqueológico de Crestuma – Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas. In Pinto, Filipe M. S. (coord.) – *Terra de Santa Maria: espaços de cultura em debate no 10.º aniversário da revista Villa da Feira*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, pp. 45-67.

PEREIRA, Pedro (2011) – Trabalhos arqueológicos no Castelo de Crestuma (Crestuma, Vila Nova de Gaia) – Campanha de 2011. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. 2. Porto, pp. 303-305.

SILVA, António Manuel S. P. (2013) – Arqueologia do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). Resultados preliminares da campanha de 2013. *Revista de Portugal*. 10. Vila Nova de Gaia, pp. 5-13.

SILVA, António Manuel S. P. (2014) – El Castillo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Portugal). Entre la romanidad tardia y la edad media: los retos de un sitio complejo. In *Las fortificaciones en la tardoantigüedad: Elites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. Madrid: La Ergástula, pp. 389-399.

SILVA, António Manuel S. P.; CARVALHO, Teresa P. (2014) – Originalidade e tradição clássica na cerâmica local e regional tardo-antiga do castelo de Crestuma (V. N. Gaia, Portugal). In *Morais, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J. (eds.) – As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. S.l. [Porto-Madrid]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ex Officina Hispana, pp. 381-396.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2011) – O Castelo de Crestuma revelado pela Arqueologia. As principais fases de ocupação do sítio arqueológico. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 73 (dezembro 2011). Vila Nova de Gaia, pp. 5-13.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013a) – *Castelo de Crestuma: a Arqueologia em busca da História*. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-CQ.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013b) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia) e a ocupação tardo-antiga no Baixo Douro. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 883-893.

SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa P. (2015) – Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal): primeiros elementos para uma sequência longa (Sécs. IV-XI). In *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (Silves, 2012). Silves: Câmara Municipal; Campo Arqueológico de Mértola, pp. 401-419.

SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa P.; PINTO, Filipe; SOUSA, Laura (2015) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da *Lusitania*. In Quaresma, J. C.; Marques, J. A. (coord.) – *Contextos estratigráficos na Lusitania (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 149-167.

SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura (2014) – Cerâmica do período da “Reconquista” (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (V. N. Gaia). In De Man et al. (coord.) – *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal – séculos XI a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 205-222.

SILVA, António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SOUSA, Laura (no prelo a) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): de fortificação tardo-romana a castelo roqueiro? In SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *No tempo dos Mouros: Castelos do Baixo Douro ao Mondego na época da Reconquista. Actas do Colóquio realizado em Arouca em 2011*. Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca.

SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura; PINTO, Filipe M. S. (no prelo b) – Materiais proto-históricos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). *Actas VI Jornadas de Arqueologia do Vale do Douro*. Zamora: ZamoraProtohistorica.

SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura C. P.; PINTO, Filipe M. S.; LEMOS, Paulo A. P. (no prelo c) – As sepulturas escavadas na rocha do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Norte de Portugal): contextos e problemática. *Actas do Congresso Internacional Sepulturas Escavadas na Rocha na Fachada Atlântica da Península Ibérica*. Porto: FLUP/CITCEM-UP.

Outra bibliografia sobre o sítio arqueológico

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens até 1220*. Trabalho complementar de doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1989) – Castelos e cercas medievais, séculos X a XIII. In Moreira, Rafael (dir.) – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, pp. 38-54.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992) – Castelos medievais do Noroeste de Portugal. In *Finis Terrae. Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade, pp. 371-385.

CARDOSO, Luís (1751) – Crestuma. In *Diccionario Geografico, ou Noticia historica de todas as cidades, villas, lugares...* Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, tomo 2, p. 755.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993a) – Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as *tegulae*. *Lycerna, Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*. Porto, 2.ª série, 3, pp. 217-235.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993b) – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal/Solar Condes de Resende.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana G. (2001) – O Castelo de Crestuma, uma estação arqueológica quase desconhecida. *Al-madan*. 2.ª série, 10. Almada, pp. 43-47.

LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho (1874) – Crestuma. In *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatístico, Chorographico...* Lisboa: Livraria Edit.ª Mattos Moreira & C.ª, vol. 2, pp. 447-448.

SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, António Manuel S. P. (2007) – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia: Património Arqueológico; Património Geomorfológico. Relatório Final*. Vila Nova de Gaia. Disponível em <http://www.gaiurb.pt/pdm.htm#pdm5>.

SOUSA, Arlindo de (1945) – Nótulas arqueológico-históricas. Vila-da-Feira Lusitano-Romana (...). *Anales de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*. Ano 10 (2). Madrid, pp. 399-412.

SOUSA, Arlindo de (1957) – *Estudos de Arqueologia, Etnologia e História. Antiguidades do Município de Gaia: Civilizações Pré-romanas, Romana e Romana Portuguesa*. Rio de Janeiro.



Figura 2 – A elevação do Castelo, vista de Norte, ladeada pelos areais de Favais (direita) e do Esteiro. Foto: GHAP.



Figura 3 – As estruturas negativas (entalhes e buracos de poste) são as mais comuns no Castelo de Crestuma. Foto: GHAP.



Figura 4 – Estruturas de um cais, imersas no areal de Favais. Foto: GHAP.



Figura 5 – Sepultura escavada na rocha. Foto: GHAP.

